

A “POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO” (BRASIL, 2019): UMA “GUINADA” (IDEO) METODOLÓGICA PARA TRÁS E PELA DIREITA

THE *POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO* (BRASIL, 2019): AN (IDEO)METHODOLOGICAL TURN BACKWARDS AND TO THE RIGHT

Maria do Rosario Longo Mortatti

*Professora Titular da Universidade Estadual Paulista - campus de Marília (SP);
Presidente Emérita da ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização;
Coordenadora do Grupo de Pesquisa “História da educação e do ensino de língua e literatura no Brasil”.
m.mortatti@unesp.br*

Introdução

A “Política Nacional de Alfabetização” (PNA), instituída por decreto presidencial de 11/04/2019 (BRASIL, 2019a),¹ integra o projeto político-ideológico neoliberal e ultraconservador do atual governo federal e está estrategicamente articulada às demais medidas de destruição dos avanços democráticos conquistados pela população brasileira nas últimas décadas. Do ponto de vista da história da alfabetização no Brasil², a face mais visível dessa estratégia é a “questão dos métodos” de alfabetização. Embora pretensamente ocultada por “evidências” científicas, essa “questão” se manifesta na PNA como “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita, apreensível no entrecruzamento de ao menos três possibilidades de sentidos relacionados entre si: “[...] ‘querela dos métodos’, ‘guerra dos métodos’/‘cruzada ideológica’ e um caso de ‘sciencefare.’” (MORTATTI, 2019b)

Com base nessa hipótese interpretativa, apresento a seguir, sob a forma de notas, síntese de reflexões contidas especialmente em Mortatti (2008; 2019b)³. O objetivo é contribuir para o debate, em diálogo com manifestações críticas de pesquisadores e professores, como as divulgadas pela ABAlf – Associação Brasileira de Alfabetização.

1 Essa política de alfabetização está detalhada no “Caderno da PNA” (BRASIL, 2019b) e complementada pela Portaria nº 1.460, de 15/08/2019, que institui a Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (Conabe) (BRASIL, 2019c) e pela Portaria nº 1.461, de 15/08/2019, que nomeia os 12 pesquisadores para compor o painel de especialistas da Conabe (BRASIL, 2019d).

2 Para detalhamento da história da alfabetização no Brasil, ver, especialmente: Magnani (1997) e Mortatti (2000; 2019a).

3 Sintetizo, também, reflexões que apresentei, durante o mês de setembro de 2019: em texto divulgado no site da ABAlf e em palestras proferidas na UFPA, na Unifesp, na Unesp/Marília e na FEUSP.

1. Sobre o caráter antidemocrático e autoritário da PNA:

- a PNA infringe princípios estabelecidos pela Constituição Federal do Brasil (1988), em particular, no Art. 206: “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; e “III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”;

- foi instituída por *decreto* presidencial, sem ampla discussão com representantes da comunidade acadêmica e científica e com alfabetizadores; o “grupo de trabalho” e as “audiências” mencionadas no documento do MEC/Sealf (BRASIL, 2019b) se restringiram à representação de instâncias internas ao MEC, do CNE, do CONSED, da UNDIME e de “pesquisadores da área da alfabetização”, cujos nomes e instituições acadêmicas ou empresariais não foram identificados;

- é apresentada por seus autores “[...] como se fosse *a verdade científica revelada* e o fazem por meio de um discurso característico da ‘retórica de púlpito’, como tal, ideológico, autoritário e pseudocientífico.” Trata-se, então, de “[...] um discurso mobilizador do silêncio obediente, cuja função mais característica não é impedir as pessoas de falar ou agir, mas é sobretudo obrigá-las a dizer e fazer o que não querem ou não poderiam dizer ou fazer, se não com base na fé. (MORTATTI, 2008, p. 107-108, grifos no original).

2. Sobre as principais premissas e argumentos falaciosos em documentos oficiais e discursos de autoridades do MEC/Sealf:

- os problemas da alfabetização no Brasil são causados pelo “construtivismo”, pelo “letramento” e pelo “método Paulo Freire”: essa é uma **falsa premissa**, pois, como comprova o conhecimento científico produzido por pesquisadores brasileiros e estrangeiros: os problemas da alfabetização no Brasil *não* decorrem da utilização de métodos de alfabetização, sejam eles quais forem; “construtivismo” e “letramento” não são métodos de alfabetização; e “método Paulo Freire” não se confunde com os métodos “tradicionais” nem foi utilizado como base de políticas públicas de alfabetização no Brasil;

- os problemas da alfabetização no Brasil serão superados com um novo “método”, o fônico/instrução fônica: essa **falsa premissa** e os argumentos decorrentes visam a ocultar evidências científicas que comprovam que os problemas da alfabetização no Brasil estão diretamente relacionados com um conjunto de fatores educacionais, sociais, econômicos e políticos, responsáveis pelas desigualdades sociais e pela não priorização de educação de qualidade, especialmente em decorrência da falta de investimentos prioritários na escola pública e gratuita, como estabelecido na Constituição Federal de 1988;

- o método fônico/instrução fônica é a solução nova e científica para os problemas da alfabetização no Brasil, porque é único fundamentado em evidências científicas: essa **falsa premissa** e os argumentos decorrentes são invalidados por resultados de pesquisas científicas a comprovarem que esse método não é novo na história da alfabetização no Brasil (MAGNANI, 1997; MORTATTI, 2000; 2008), nem solução para os problemas da alfabetização, sua pretendida “eficácia universal” foi e vem sendo questionada, no Brasil e no exterior, com base em resultados de outras pesquisas científicas;

- as neurociências e as ciências cognitivas (da leitura, em especial) são os únicos fundamentos científicos da alfabetização: essa **falsa premissa** e os argumentos decorrentes visam a ocultar outros “referenciais de políticas públicas exitosas, nacionais e estrangeiras” baseadas em outras “evidências científicas” e outras políticas educacionais, programas e ações governamentais em desenvolvimento no Brasil, com finalidade de substituí-las, mas sem apresentar a devida avaliação diagnóstica de seus resultados; e visam, ainda, a ocultar o fato de que a “ciência cognitiva da leitura” não dá conta da explicação dos problemas do ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, tanto de crianças quanto de jovens e adultos, especialmente quando essa ciência é utilizada com finalidade de ocultação de interesses indistintamente ideológicos de um grupo político pretensamente neutro;

- conceito de alfabetização como “ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, a fim de que o alfabetizando se torne capaz de ler e escrever palavras e textos com autonomia e compreensão”: essa é uma **falsa premissa**, pois trata de conceito rudimentar de alfabetização, que penaliza alunos de escolas públicas e reforça as desigualdades sociais, ocultando-se resultados de pesquisas científicas que advertem para o fato de que a “consciência fonêmica” não tem como consequência direta a capacidade de leitura e escrita de “textos com autonomia e compreensão”.

3. Sobre as relações entre a PNA, outras medidas do MEC e o projeto político-ideológico do governo federal:

a) dentre as medidas “indiretas” e antidemocráticas anunciadas na PNA, que infringem preceitos constitucionais e avanços conquistados nas quatro últimas décadas com a ampla mobilização democrática em torno da defesa da educação básica e superior pública e gratuita, destacam-se:

- “priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”;
- crianças na primeira infância como parte do “público-alvo” da PNA;
- professores da educação infantil, famílias e organizações da sociedade

civil como “beneficiários prioritários” da PNA;

- dotação orçamentária e “assistência técnica” do MEC para “adesão voluntária” dos entes federativos à PNA;

- “orientações curriculares e metas claras e objetivas para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental”;

- intervenção nos currículos de formação de professores para a educação infantil e ensino fundamental;

- “difusão tempestiva de análises devolutivas de avaliações externas e ao seu uso nos processos de ensino e de aprendizagem”;

- “desenvolvimento de indicadores para avaliar a eficácia escolar na alfabetização”;

- “desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos específicos para a alfabetização de jovens e adultos da educação formal e da educação não formal”.

b) a tentativa de imposição de “pensamento único”, por meio do método fônico/instrução fônica e correspondente conceito rudimentar de alfabetização, sintetiza interesses de integrantes de segmentos educacionais e empresariais representados, dentre outros, pelo “painel de especialistas” da CONABE, e atrelados aos interesses políticos, ideológicos e econômicos do governo federal, a exemplo da defesa da “escola sem partido”, do ensino domiciliar, das escolas cívico-militares, dos ataques grosseiros e beligerantes às universidades públicas e da imposição da “reforma da previdência” e da “reforma trabalhista”;

c) a PNA configura, portanto, tentativa de

[...] “*intervenção máxima*” na alfabetização, por meio da imposição autoritária de ações pautadas em princípios do ultraconservadorismo político conjugados com fundamentalismo científico-religioso, *em aparente contradição com os princípios do “Estado mínimo”* pautados pelo neoliberalismo ao qual se alinha (de modo subserviente e com mentalidade colonizada, a países e organismos internacionais) a política econômica do atual governo federal, com objetivo de implementar agenda de privatização dos empresas e serviços públicos, a fim de beneficiar interesses “do mercado”, ou seja, de grupos de empresários, rentistas, banqueiros, principais segmentos da população responsáveis pela eleição do atual Presidente da República. (MORTATTI, 2019b, grifos no original)

Considerações finais

Com base nas reflexões apresentadas, a PNA representa uma “guinada” ideológica-metodológica para trás e pela direita, que evidencia a armadilha de sua falaciosa neutralidade e pode ser assim explicada:

- enfatizando (novamente) a “querela dos métodos” e buscando alçá-la à categoria de “guerra dos métodos”¹ como face mais visível (paradoxalmente ocultada/silenciada) do “problema da alfabetização”, essa armadilha tem função “diversionista” e, ao mesmo tempo, justificadora da suposta necessidade de imposição de mudança, por meio de (con) versão conveniente do passado [recente], produzida sem apresentação de diagnósticos rigorosos das políticas em curso e com base na reiteração tautológica de evidências como provas científicas resultantes de pesquisas estrangeiras [...];

- com base nessa versão desqualificadora do passado em contraposição à versão enaltecida dos “modernos”, “robustos” e “vigorosos” modelos científicos estrangeiros, denunciam-se os [...] responsáveis pelo “desastre” da alfabetização e educação no Brasil, os quais passam a ser considerados “vilões da alfabetização” [...] submetidos a julgamento simbólico obscuro [...] conduzido pelos juizes da equipe presidencial, em especial do MEC, e especialistas colaboradores; [...]

- [...] a visível ocultação da “querela dos métodos” pode ser interpretada como ação da estratégia de uma “guerra (santa) dos métodos” ou “cruzada ideológica”², cuja finalidade é eliminar/aniquilar inimigos “heréticos” ou “comunistas”, para defender a fé e restaurar a verdade [...]; [...]

Por analogia a “*lawfare*”, a PNA pode, então, ser interpretada como um caso de “*sciencefare*”: uso estratégico de evidências científicas para fins de perseguição política e ideológica. Identificadas (equivoco intencional?) com *provas* da “verdade revelada”, as “evidências científicas” são utilizadas como instrumentos a serviço de táticas de silenciamento/ocultação de motivações *atreladas* a um projeto para o país. (MORTATTI, 2019b)

A gravidade dessa “política de Estado” e seus efeitos desastrosos para o presente e o futuro demandam ao menos duas formas complementares de ação coletiva organizada e imediata: “desobediência civil”³ e reiteração de manifestações críticas com convocações para amplo debate público, com participação de representantes das universidades, associações científicas, professores e outros representantes da sociedade civil brasileira, respeitando-se o princípio do pluralismo de ideias (com base em outras evidências científicas e em diagnósticos devidamente fundamentados), a exemplo do documento *Manifestação pública da Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf) e outras entidades ao Ministro da Educação*,

1 Expressão utilizada por uma das autoras da PNA, em recente entrevista a um jornalista.

2 Expressão utilizada por Carlos Nadalim (MEC/Sealf), em recente entrevista a um jornalista.

3 “A desobediência civil pode-se conceituar como a forma particular de resistência ou contraposição, ativa ou passiva do cidadão, à lei ou ato de autoridade, quando ofensivos à ordem constitucional ou aos direitos e garantias fundamentais, objetivando a proteção das prerrogativas inerentes à cidadania”. (GARCIA, 2003, p. 18).

de 14/01/2019, e dos textos publicados no *site* dessa Associação, em setembro deste ano e reunidos neste número especial da *Revista Brasileira de Alfabetização*.

Apesar de todos os obstáculos e desafios que este momento nos impõe, devemos resistir, coletivamente, ao obscurantismo e ao retrocesso, a fim de cumprir nosso compromisso histórico com a defesa da educação pública, laica e gratuita e do Estado Democrático de Direito.

Referências

GARCIA, M. A desobediência civil como defesa da Constituição. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 2, p. 11-28, jul./dez. 2003

MAGNANI, M. R. M. *Os sentidos da alfabetização: a questão dos métodos e a constituição de um objeto de estudo*. 410 f. Tese (Livre-Docência em Metodologia da Alfabetização). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 1997.

MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876-1994*. Brasília-DF: MEC/Inep/Conped; São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

MORTATTI, M. R. L. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. *Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa (USP)*, v. 3, n. 5, p. 91-114, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11509>

MORTATTI, M. R. L. *Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019a. Disponível em: <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788595463394,metodos-de-alfabetizacao-no-brasil>

MORTATTI, M. R. L. Brasil, 2019: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. *OLHARES - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp*, v. 7, n. 3, nov. 2019b. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares>